

Carta manifesto dos Servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ocupantes dos cargos das Gerências de Agência de Demandas Judiciais

Considerando a nova estrutura do INSS que foi apresentada pelo Presidente do INSS na reunião com os Gerentes Executivos de todo país em Brasília, nos dias 26 e 27 de janeiro deste ano, apresentamos este manifesto de repúdio e indignação, perante a tentativa da Instituição em prejudicar e retroceder um trabalho construído em anos com a finalidade de atendermos as demandas judiciais de todo o âmbito (Federal e Estadual).

A nova reestruturação do INSS foi elaborada sem nenhum estudo técnico junto aos seus representantes da Administração Central da área de Coordenação das Agências de Demandas Judiciais, bem como nenhuma consulta foi solicitada a PFE/INSS (responsável pelo assessoramento Jurídico de assuntos internos), ou, tão somente se atentou em colher dados quantitativos expressivos do número de intimações e mandados de segurança, expedidos diariamente em desfavor do INSS.

As Agências de Demandas Judiciais criadas no ano de 2007 tiveram como objetivo centralizar as intimações judiciais e evitar perda de prazos, dando um contorno específico para essas demandas, vez que necessitavam de atenção especial e dedicação de um gestor específico.

Não desmerecemos o trabalho de nenhum outro gestor dentro da instituição, mas não há como tratar a demanda judicial como mais uma equipe virtual, como se o gestor tivesse apenas a atribuição de orientação técnica.

O gestor da ELAB/DJ atualmente, independentemente de ter ou não servidores lotados, o que também é importante para o controle e direcionamento das ações, é responsável direto pela interlocução com o segurado, se um gerente de APS possui a responsabilidade social dentro do INSS de tratar diretamente com o nosso cliente principal, o segurado, o gestor da ELAB/DJ tem o papel de representar a instituição frente ao Poder Judiciário e as demais instâncias regulatórias, como MPF, PGF, AGU, DPU, entre outros.

É um atendimento direto de um cliente, que por vezes não está satisfeito com o serviço e não se limita a fazer uma reclamação no 135, ele tem poder de impor multas, conduzir a prestar depoimentos em juízo, dar explicações em despachos, além de, em casos mais extremos, determinar a prisão do agente, por isso a extrema importância desse gestor para a instituição.

Considerando a importância do Gestor especializado em cumprimento de Demandas Judiciais face a perspectiva de extinção e redução dos valores da função comissionada, entendemos que é de extrema importância opinarmos neste momento sobre o nosso papel bem como a estrutura das Agências, antes que a publicação do Decreto seja assinada.

Com a crescente demanda na judicialização, onde o INSS é o maior réu no país, somente no ano de 2021 foram cumpridas 1.655.451 (hum milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e um) processos judiciais pelas APS de Atendimento de Demandas Judiciais.

Atualmente, o caráter de Agência da Previdência Social, permite que a demanda seja devidamente recebida, que haja essa interlocução com o poder Judiciário, que o gestor consiga trabalhar e motivar sua equipe diretamente, e o mais importante manter o controle das ações e da demanda, ainda que haja uma fila regional de processos, o gestor local é essencial para auxiliar os coordenadores na missão de cumprir os processos em dia, reduzir estoques, sem falhar na hora de ajudar, quando possível, os demais setores do INSS, que também possuem suas necessidades e como nós, sofrem com a escassez de mão de obra.

As Agências de Demandas Judiciais contam com 1 (um) Gestor especializado, responsável pela capacitação da equipe, cadastro, distribuição das Intimações (Federal e Estadual), para efetuar o cumprimento de tais decisões, trabalha com inúmeros sistemas Judiciais e da própria Instituição. Os gestores acompanham diariamente os prazos, eficiência e eficácia fortalecendo assim o nome do INSS e sua credibilidade junto ao Poder Judiciário. Além destes papéis, o gestor ainda acompanha sua equipe tirando dúvidas, liberando créditos e benefícios e cuida de toda parte administrativa da vida funcional do servidor.

Entendemos que, na nova reestruturação e da forma que foi apresentada, demonstrou-se conter ações de total descaso com os seus servidores/Gestores da APSDJ, na qual não foi mensurado o tamanho do prejuízo que pode-se causar diante das inúmeras ações impetradas e executadas todos os dias. Com a nova estrutura, as unidades perderão autonomia na gestão de seus servidores, e assim, terão muito mais dificuldades em atender o judiciário nos prazos que já são tão exíguos, o que deve impactar negativamente o cumprimento do acordo feito entre o INSS e o CNJ.

O objetivo deste documento é a busca pelo diálogo com Vossa Excelência, antes que essa nova estrutura apresentada seja validada. Nós gestores estamos buscando construir com esta Administração a melhor forma de atender as necessidades de ajustes da Instituição, mas com planejamento para que todo o trabalho construído pelas APSDJ não seja em vão e que não gere consequências drásticas para o INSS, para os gestores e muito menos para a população.

Gestores das Agências de Demandas Judiciais